



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

RELATÓRIO DE GESTÃO –

1. Apresentação.

A Ouvidoria Geral do Município de Ibiúna apresenta seu relatório de gestão conforme o que determina a Lei Federal nº 13460/17.

Período avaliado:

Janeiro a Dezembro de 2021.

2. Base legal Relatório de Gestão.

O relatório de gestão da Ouvidoria Geral do Município foi elaborado em observância às disposições legais que dispõe a Lei Federal n.º 13.460/17:

CAPÍTULO IV DAS OUVIDORIAS

Art. 13. As ouvidorias terão como atribuições principais, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;

V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;

VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula; e

VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Art. 14. Com vistas à realização de seus objetivos, as ouvidorias deverão:

I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos; e

II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

*Art. 15. O relatório de gestão de que trata o inciso II do **caput** do art. 14 deverá indicar, ao menos:*

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes; e

IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Parágrafo único. O relatório de gestão será:

I - encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria; e

II - disponibilizado integralmente na internet.

Art. 16. A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

*Parágrafo único. Observado o prazo previsto no **caput**, a ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente a agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de vinte dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.*

Art. 17. Atos normativos específicos de cada Poder e esfera de Governo disporão sobre a organização e o funcionamento de suas ouvidorias.

3. Visão Geral Organizacional

A Ouvidoria Geral do Município teve sua regulamentação criada pela Lei Complementar n.º 204 de 20 de maio de 2022, conforme justificativa abaixo:

"Projeto de Lei n. 012/2022, de 16 de maio de 2022, que possui a seguinte ementa: **"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIUNA, ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Trata-se, portanto, da criação da Ouvidoria Municipal, o qual visa dar pleno atendimento ao inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 37, da Constituição Federal/1988, e ao que estabelece as diretrizes da Lei Federal n. 13.460/2017, de 26 de Julho de 2017, excepcionalmente em seu capítulo VII, art. 25, inc. II, o qual tornou obrigatório a sua implantação em todos os Municípios brasileiros, a qual terá por objetivo primordial apurar as eventuais reclamações relativas à prestação de serviços públicos da administração pública direta e/ou indireta, bem como das entidades privadas de

qualquer natureza que operem com recursos públicos na prestação de serviços à comunidade.

Por outro lado ainda, a presente propositura visa dar cumprimento a r. decisão e V. Acórdão proferido nos autos do Processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2252789-60.2020.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor o PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e são réus: PREFEITO DO MUNICIPIO DE IBIÚNA E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, prolatado em data de 29 de Setembro de 2021.

Pelo referido V. Acórdão o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferiu a seguinte decisão: "POR MAIORIA DE VOTOS, JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE EM PARTE, ACORDÃO COM O EXMO. SR. DES. FERREIRA RODRIGUES, VENCIDOS OS EXMOS. SRS. DES. FRANCISCO CASCONI (COM DECLARAÇÃO), RICARDO ANAFE, XAVIER DE AQUINO, DAMIÃO COGAN; JOÃO CARLOS SALETTI, RENATO SARTORELLI, FERRAZ DE ARRUDA, CRISTINA ZUCCHI; JACOB VALENTE, MOREIRA VIEGAS, ELCIO TRUJILLO E VIANNA COTRIM, FARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO VENCEDOR O EXMO. SR. DES. TORRES DE CARVALHO", de conformidade com o voto do Relator, que integra este Acórdão.

O Julgamento teve ainda a participação dos Exmos. Desembargadores FERREIRA RODRIGUES, vencedor, FRANCISCO CASCONI, vencido, PINHEIRO FRANCO (Presidente), RENATO SARTORELLI, FERRAZ DE ARRUDA, ADEMIR BENEDITO, CAMPOS MELLO, CRISTINA ZUCCHI, JACOB VALENTE, JAMES SIANO, CLAUDIO GODOY, MOREIRA VIEGAS, COSTABILE E SOLIMENE, TOORRS DE CARVALHO, LUCIANA BRESCIANI, ELCIO TRUJILLO, DECIO NOTARANGELI,

VIANA COTRIM, EUVALDO CHAIB, LUIS SOARES DE MELLO, RICARDO ANAFE, XAVIER DE AQUINO, DAMIÃO COGAN, EVARISTO DOS SANTOS E JOÃO CARLOS SALETTI.

O V. Acórdão julgou pela procedência da ação para acolher os pedidos enumerados e indicados nos itens "2" a "31" (fls. 114/118), declarando a inconstitucionalidade daquele total cerca de 30 (trinta) itens todos enumerados, dentre os quais destacamos especificamente aquele que atinge o presente projeto, ou seja, o de número, a saber: Item: 14-) do art. 3º, e seus §§ 1º ao 4º e das expressões "Ouvidor Geral", "Ouvidor" e "Assessor Especial de Ouvidoria", constantes do Anexo Único, todos da Lei Complementar n. 52, de 30 de Abril de 2008.

Na respeitável decisão também foi determinada a modulação de 120 (cento e vinte) dias, a contar do julgamento presente, fazendo com o que o Executivo Municipal, neste período procedesse as reformas necessárias e contempladas no presente Projeto de Lei, como medidas para equacionar a situação encontrada, e definitivamente implantar uma nova metodologia e organização politico-administrativa para nortear as ações da atual e futuras administrações.

Assim, portanto, é que deu origem ao presente Projeto de Lei para extirpar do mundo jurídico os itens citados na referida Lei Municipal Complementar n. 52, de 30 de Abril de 2008, com o texto que ora se apresenta, o qual de fato regulamentará a Ouvidoria Municipal, bem como indicando as suas diretrizes gerais."

